

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	63
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	67
--	----

Índice

Motivos de Reapresentação

68

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.616.472.395
Preferenciais	2.989.050.282
Total	4.605.522.677
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.034.863	2.467.287	1.838.093
1.01	Ativo Circulante	300.126	373.047	292.470
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.567	196.785	123.946
1.01.03	Contas a Receber	42.439	58.143	74.955
1.01.03.01	Clientes	35.567	36.732	69.979
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.872	21.411	4.976
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedoros	6.098	21.411	4.976
1.01.03.02.02	Outros Valores a Receber	774	0	0
1.01.04	Estoques	34.239	32.932	18.687
1.01.06	Tributos a Recuperar	171.885	80.583	64.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	171.885	80.583	64.143
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	157.849	72.259	64.143
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.036	8.324	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.121	940	1.293
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.875	3.664	9.446
1.01.08.03	Outros	2.875	3.664	9.446
1.01.08.03.01	Créditos com congêneres	850	1.639	1.344
1.01.08.03.02	Antecipações de arrendamentos	2.025	2.025	2.025
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	6.077
1.02	Ativo Não Circulante	2.734.737	2.094.240	1.545.623
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	594.455	494.056	429.168
1.02.01.06	Tributos Diferidos	250.395	165.748	116.112
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	250.395	165.748	116.112
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	394	672	949
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.396	14.413	10.950
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	328.270	313.223	301.157
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	84.353	57.219	38.787
1.02.01.09.04	Depósitos resstituíveis e valores vinculados	188.589	201.950	206.560
1.02.01.09.05	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.430	3.430	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09.06	Antecipações de arrendamentos	26.701	28.726	30.920
1.02.01.09.20	Outros valores realizáveis a longo prazo	25.197	21.898	24.890
1.02.02	Investimentos	43.826	43.826	43.826
1.02.02.01	Participações Societárias	43.826	43.826	43.826
1.02.03	Imobilizado	2.091.344	1.550.824	1.067.547
1.02.04	Intangível	5.112	5.534	5.082

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.034.863	2.467.287	1.838.093
2.01	Passivo Circulante	366.549	381.714	267.074
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.660	4.802	6.275
2.01.02	Fornecedores	207.969	163.376	70.580
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.920	4.189	4.684
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.394	141.119	129.972
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.847	38.064	23.367
2.01.04.02	Debêntures	6.309	7.914	7.192
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	46.238	95.141	99.413
2.01.05	Outras Obrigações	41.606	68.228	55.563
2.01.05.02	Outros	41.606	68.228	55.563
2.01.05.02.04	Débitos com congêneres	2.786	2.308	3.100
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	9.923	36.020	24.321
2.01.05.02.06	Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.186	5.404	1.745
2.01.05.02.07	Aluguel a pagar	14.029	13.988	13.988
2.01.05.02.08	Receitas diferidas	858	858	858
2.01.05.02.09	Arrendamentos e Concessões	0	0	2.806
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	8.824	9.650	8.745
2.02	Passivo Não Circulante	2.201.497	1.771.289	1.463.023
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.132.332	765.104	549.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.764	312.392	281.396
2.02.01.02	Debêntures	164.086	163.523	162.960
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	602.482	289.189	104.868
2.02.02	Outras Obrigações	979.336	909.647	801.388
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.270	125.615	97.704
2.02.02.02	Outros	862.066	784.032	703.684
2.02.02.02.03	Arrendamentos e concessões	788.688	694.159	593.538
2.02.02.02.05	Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.222	9.793	17.825
2.02.02.02.06	Aluguel a pagar	68.113	80.041	92.250

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.20	Outras exigibilidades	43	39	71
2.02.04	Provisões	77.332	83.184	98.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.332	83.184	98.199
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	12.497	13.354	14.212
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	12.497	13.354	14.212
2.02.06.02.01	Receitas diferidas	12.497	13.354	14.212
2.03	Patrimônio Líquido	466.817	314.284	107.996
2.03.01	Capital Social Realizado	1.488.238	1.488.238	1.388.238
2.03.02	Reservas de Capital	71.619	70.166	65.469
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.093.029	-1.244.120	-1.345.711
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	903.568	807.307	708.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-556.630	-559.078	-538.438
3.03	Resultado Bruto	346.938	248.229	169.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.557	-6.886	-4.560
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.007	-1.106	-36.001
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	31.970
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.550	-5.780	-529
3.04.05.01	Perda com investimentos	0	0	-529
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	323.381	241.343	165.170
3.06	Resultado Financeiro	-242.952	-189.388	-188.963
3.06.01	Receitas Financeiras	8.969	13.071	20.662
3.06.02	Despesas Financeiras	-251.921	-202.459	-209.625
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.429	51.955	-23.793
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	70.662	49.636	109.756
3.08.01	Corrente	-13.985	-33.049	0
3.08.02	Diferido	84.647	82.685	109.756
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	151.091	101.591	85.963
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	151.091	101.591	85.963
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.01.02	PN	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.02.02	PN	0,03281	0,02560	0,04300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	151.091	101.591	85.963
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	151.080	101.591	85.963

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	129.688	185.171	-186.403
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	126.192	38.236	-43.162
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	151.091	101.591	85.963
6.01.01.02	Depreciação e amortização	72.559	61.393	54.237
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-84.647	-49.636	-109.756
6.01.01.04	Realização de receitas diferidas	-857	-858	276
6.01.01.05	Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	-13.406	-78.951	-78.053
6.01.01.06	Stock Options	1.452	4.697	4.171
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.496	146.935	-143.241
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.165	33.247	-60.466
6.01.02.02	Almoxarifado	-1.307	-14.245	-1.466
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-115.270	-51.376	8.191
6.01.02.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio	0	6.077	7.100
6.01.02.10	Outros ativos	28.549	-5.843	-44.595
6.01.02.11	Fornecedores	41.072	92.796	-56.426
6.01.02.12	Salários e encargos sociais	9.857	-1.472	4.777
6.01.02.13	Imposto, taxas e contribuições	-10.919	7.162	-725
6.01.02.14	Arrendamentos e concessões a pagar	94.529	97.815	52.385
6.01.02.20	Outros passivos	-44.180	-17.226	-52.016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-179.714	-154.939	-105.474
6.02.01	Aquisição de bens do imobilizado	-179.714	-154.939	-103.043
6.02.02	Estoque em Inversão Fixa	0	0	-2.431
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.192	42.606	328.182
6.03.01	Captação	171.385	88.693	43.089
6.03.02	Amortização	-261.249	-170.535	-181.981
6.03.03	Partes relacionadas	-9.328	124.448	467.074
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-149.218	72.838	36.305
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	196.785	123.947	87.641
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.567	196.785	123.946

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.453	0	0	0	1.453
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.453	0	0	0	1.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.091	-11	151.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.091	0	151.091
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11	-11
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11	-11
5.07	Saldos Finais	1.488.238	71.619	0	-1.093.029	-11	466.817

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100.000	4.697	0	0	0	104.697
5.04.01	Aumentos de Capital	100.000	0	0	0	0	100.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.697	0	0	0	4.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.591	0	101.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.591	0	101.591
5.07	Saldos Finais	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.388.238	61.298	0	-1.431.674	0	17.862
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.388.238	61.298	0	-1.431.674	0	17.862
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	4.171	0	0	0	4.171
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.171	0	0	0	4.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	85.963	0	85.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	85.963	0	85.963
5.07	Saldos Finais	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.031.583	967.081	916.926
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.032.726	927.678	834.780
7.01.02	Outras Receitas	5.815	39.616	82.046
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-6.958	-213	100
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-335.877	-374.325	-372.059
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-300.360	-307.402	-285.813
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.967	-42.046	-85.337
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	10.815	-19.571	1.617
7.02.04	Outros	-12.365	-5.306	-2.526
7.03	Valor Adicionado Bruto	695.706	592.756	544.867
7.04	Retenções	-72.559	-61.393	-54.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.559	-61.393	-54.237
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	623.147	531.363	490.630
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.969	13.071	20.662
7.06.02	Receitas Financeiras	8.969	13.071	20.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	632.116	544.434	511.292
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	632.116	544.434	511.292
7.08.01	Pessoal	40.069	16.663	24.389
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.396	12.570	20.716
7.08.01.02	Benefícios	5.537	2.981	2.710
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.136	1.112	963
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.740	69.715	16.407
7.08.02.01	Federais	28.258	42.878	-22.212
7.08.02.02	Estaduais	19.191	24.216	31.509
7.08.02.03	Municipais	1.291	2.621	7.110
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	392.216	356.465	384.533
7.08.03.01	Juros	251.921	202.459	209.625
7.08.03.02	Aluguéis	140.295	154.006	174.908
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.091	101.591	85.963

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	151.091	101.591	85.963

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.046.372	2.478.063	1.844.675
1.01	Ativo Circulante	303.552	376.027	294.767
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.609	197.123	124.388
1.01.03	Contas a Receber	47.531	62.754	85.167
1.01.03.01	Clientes	37.440	37.378	70.013
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.091	25.376	15.154
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedoros	6.108	21.514	5.039
1.01.03.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	6.077
1.01.03.02.03	Créditos com congêneres	850	1.639	1.344
1.01.03.02.04	Antecipações de arrendamentos	2.025	2.025	2.025
1.01.03.02.20	Outros Valores a Receber	1.108	198	669
1.01.04	Estoques	35.370	34.484	19.668
1.01.06	Tributos a Recuperar	171.916	80.723	64.243
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	171.916	80.723	64.243
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	157.849	72.370	64.243
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.067	8.353	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.126	943	1.301
1.02	Ativo Não Circulante	2.742.820	2.102.036	1.549.908
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	594.884	494.505	429.439
1.02.01.06	Tributos Diferidos	250.395	165.748	116.112
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	250.395	165.748	116.112
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	394	673	949
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.396	14.461	11.026
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	328.699	313.623	301.352
1.02.01.09.03	Antecipações de arrendamentos	26.701	28.726	30.920
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	84.357	57.219	38.787
1.02.01.09.05	Depósitos restituíveis e valores vinculados	189.014	202.350	206.755
1.02.01.09.06	Imposto de renda e contribuiçõesocial a recuperar	3.430	3.430	0
1.02.01.09.20	Outros valores realizáveis a longo prazo	25.197	21.898	24.890

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03	Imobilizado	2.142.816	1.601.984	1.115.370
1.02.04	Intangível	5.120	5.547	5.099

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.046.372	2.478.063	1.844.675
2.01	Passivo Circulante	369.642	385.426	270.147
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.701	5.704	6.923
2.01.02	Fornecedores	209.973	166.087	72.893
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.968	4.288	4.775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.394	141.119	129.972
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.847	38.064	23.367
2.01.04.02	Debêntures	6.309	7.914	7.192
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	46.238	95.141	99.413
2.01.05	Outras Obrigações	41.606	68.228	55.584
2.01.05.02	Outros	41.606	68.228	55.584
2.01.05.02.04	Débitos com congêneres	2.786	2.308	3.100
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	9.923	36.020	24.343
2.01.05.02.06	Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.186	5.404	1.745
2.01.05.02.07	Aluguel a pagar	14.029	13.988	13.988
2.01.05.02.08	Receitas diferidas	858	858	858
2.01.05.02.09	Arrendamentos e Concessões	0	0	2.806
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	8.824	9.650	8.744
2.02	Passivo Não Circulante	2.209.913	1.778.353	1.466.532
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.132.332	765.104	549.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.764	312.392	281.396
2.02.01.02	Debêntures	164.086	163.523	162.960
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	602.482	289.189	104.868
2.02.02	Outras Obrigações	986.275	915.250	803.597
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	124.209	131.218	99.913
2.02.02.02	Outros	862.066	784.032	703.684
2.02.02.02.03	Arrendamentos e concessões	788.688	694.159	593.538
2.02.02.02.05	Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.222	9.793	17.825
2.02.02.02.06	Aluguel a pagar	68.113	80.041	92.250

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.20	Outras exigibilidades	43	39	71
2.02.04	Provisões	78.809	84.645	99.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.809	84.645	99.499
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	12.497	13.354	14.212
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	12.497	13.354	14.212
2.02.06.02.01	Receitas diferidas	12.497	13.354	14.212
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	466.817	314.284	107.996
2.03.01	Capital Social Realizado	1.488.238	1.488.238	1.388.238
2.03.02	Reservas de Capital	71.619	70.166	65.469
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.093.029	-1.244.120	-1.345.711
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	903.568	807.307	708.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-556.425	-558.245	-538.143
3.03	Resultado Bruto	347.143	249.062	170.025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.572	-7.444	-4.783
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.011	-1.697	-36.252
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	31.998
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.561	-5.747	-529
3.04.05.01	Perda com investimentos	0	0	-529
3.04.05.02	Outras despesas	-6.561	-5.747	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	323.571	241.618	165.242
3.06	Resultado Financeiro	-243.142	-189.663	-189.035
3.06.01	Receitas Financeiras	8.978	13.101	20.682
3.06.02	Despesas Financeiras	-252.120	-202.764	-209.717
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.429	51.955	-23.793
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	70.662	49.636	109.756
3.08.01	Corrente	-13.985	-33.049	0
3.08.02	Diferido	84.647	82.685	109.756
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	151.091	101.591	85.963
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	151.091	101.591	85.963
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	151.091	101.591	85.963
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.01.02	PN	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,03281	0,02560	0,04300
3.99.02.02	PN	0,03281	0,02560	0,04300

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	151.091	101.591	85.963
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	151.080	101.591	85.963
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	151.080	101.591	85.963

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.044	201.502	-121.954
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	128.990	40.768	7.835
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	151.091	101.591	85.963
6.01.01.02	Depreciação e amortização	75.357	63.925	55.982
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-84.647	-49.636	-109.756
6.01.01.04	Realização de receitas diferidas	-857	-858	276
6.01.01.05	Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	-13.406	-78.951	-28.801
6.01.01.06	Stock options	1.452	4.697	4.171
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.054	160.734	-129.789
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-60	32.634	-60.475
6.01.02.02	Almoxarifado	-886	-14.816	-1.626
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-105.251	-51.416	8.159
6.01.02.04	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	6.077	7.100
6.01.02.10	Outros ativos	24.959	-5.609	-44.984
6.01.02.11	Fornecedores	43.889	93.192	-60.045
6.01.02.12	Salários e encargos sociais	9.997	-1.219	4.928
6.01.02.13	Imposto, taxas e contribuições	-20.885	7.170	-780
6.01.02.14	Arrendamentos e concessões a pagar	94.529	97.815	52.385
6.01.02.20	Outros passivos	-32.238	-3.094	-34.451
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-182.822	-160.807	-122.076
6.02.01	Aquisição de bens do imobilizado	-182.822	-160.807	-121.469
6.02.02	Estoque em inversão fixa	0	0	-607
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-109.736	32.040	280.557
6.03.01	Captação	171.385	88.693	43.089
6.03.02	Amortização	-273.177	-184.523	-199.521
6.03.03	Partes relacionadas	-7.944	127.870	436.989
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-149.514	72.735	36.527
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	197.123	124.388	87.861
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.609	197.123	124.388

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284	0	314.284
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284	0	314.284
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.453	0	0	0	1.453	0	1.453
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.453	0	0	0	1.453	0	1.453
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.091	-11	151.080	0	151.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.091	0	151.091	0	151.091
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11	-11	0	-11
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11	-11	0	-11
5.07	Saldos Finais	1.488.238	71.619	0	-1.093.029	-11	466.817	0	466.817

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996	0	107.996
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996	0	107.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100.000	4.697	0	0	0	104.697	0	104.697
5.04.01	Aumentos de Capital	100.000	0	0	0	0	100.000	0	100.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.697	0	0	0	4.697	0	4.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.591	0	101.591	0	101.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.591	0	101.591	0	101.591
5.07	Saldos Finais	1.488.238	70.166	0	-1.244.120	0	314.284	0	314.284

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.388.238	61.298	0	-1.431.674	0	17.862	0	17.862
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.388.238	61.298	0	-1.431.674	0	17.862	0	17.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.171	0	0	0	4.171	0	4.171
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.171	0	0	0	4.171	0	4.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	85.963	0	85.963	0	85.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	85.963	0	85.963	0	85.963
5.07	Saldos Finais	1.388.238	65.469	0	-1.345.711	0	107.996	0	107.996

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.031.583	967.229	917.092
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.032.726	927.678	834.780
7.01.02	Outras Receitas	5.815	39.764	82.212
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-6.958	-213	100
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-324.938	-364.955	-364.914
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-288.252	-296.938	-278.168
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.381	-42.495	-85.650
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	10.073	-20.216	1.428
7.02.04	Outros	-12.378	-5.306	-2.524
7.03	Valor Adicionado Bruto	706.645	602.274	552.178
7.04	Retenções	-75.357	-63.925	-55.982
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.357	-63.925	-55.982
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	631.288	538.349	496.196
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.978	13.101	20.682
7.06.02	Receitas Financeiras	8.978	13.101	20.682
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	640.266	551.450	516.878
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	640.266	551.450	516.878
7.08.01	Pessoal	46.784	22.145	28.912
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.675	16.979	24.341
7.08.01.02	Benefícios	6.651	3.780	3.381
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.458	1.386	1.190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.935	70.925	17.364
7.08.02.01	Federais	29.445	43.960	-21.325
7.08.02.02	Estaduais	19.191	24.244	31.554
7.08.02.03	Municipais	1.299	2.721	7.135
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	392.456	356.789	384.639
7.08.03.01	Juros	252.120	202.764	209.717
7.08.03.02	Aluguéis	140.336	154.025	174.922
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.091	101.591	85.963

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
------------------------	---------------------------	---	--	--

7.08.04.03 Lucros Retidos / Prejuízo do Período

151.091

101.591

85.963

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Considerando que a ALL América Latina Logística Malha Paulista S/A é controlada direta da ALL – América Latina Logística S/A, reportamo-nos ao Relatório da Administração desta última.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;

A Administração declara também, que a Companhia não tem proposta de orçamento de capital.

A Administração.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

Os objetivos sociais da ALL – Malha Paulista ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, definidos em seu estatuto são os seguintes:

- prestar serviços de transporte ferroviário de carga;
- explorar serviços de descarga, armazenagem e transbordo;
- instalar e explorar terminais intermodais;
- utilizar a faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- prestar serviços de consultoria técnica;
- executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 30 de dezembro de 1998, a Companhia obteve a concessão até dezembro de 2028, podendo ser renovada por mais 30 anos, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Paulista, com a extensão de 4.186 km. O início das operações ocorreu em 1º de janeiro de 1999.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 1998, contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A para arrendamento até dezembro de 2028, renovável por mais 30 anos, dos bens operacionais vinculados à prestação de serviço de transporte de cargas da Malha Paulista.

A Companhia detém o controle compartilhado da controlada Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela ALL - Malha Norte e pela Companhia, sócias que possuem, cada uma, 50% de suas quotas. Controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto, através de contrato assinado com a CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) por um período de 25 anos, prorrogável de comum acordo entre as partes.

Com base no Protocolo e Justificação da Cisão Total e no Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, o patrimônio líquido cindido da Multimodal foi de R\$ 547.133. O montante global do acervo líquido da Multimodal cindido e incorporado pela ALL - Malha Paulista foi de R\$ 32.544, o que equivale a R\$ 174.016, após exclusão da participação detida pela Multimodal na ALL - Malha Paulista. A incorporação do acervo líquido não gerou efeitos de caixa.

Todos os acervos foram avaliados a valor contábil, com base nos elementos constantes das demonstrações contábeis da Sociedade com data-base de 30 de novembro de 2009, conforme consta no Laudo de Avaliação Contábil, devidamente ajustado para refletir os eventos relevantes subsequentes, ocorridos entre a data-base da cisão e a data da avaliação.

Para a parcela de ágio incorporada pela ALL - Malha Paulista, no valor de R\$ 355.605 foi constituída provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no valor total do ágio, conforme Instrução CVM nº. 349, de 06 de março de 2001.

Em 30 de julho de 2010 a ALL - Malha Norte e ALL - Malha Paulista, sócias quotistas, aprovaram o aumento do capital social da sua controlada Portofer em R\$ 98.503 mediante a criação de 98.503.066 novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 50% para cada uma das sócias quotistas, em moeda corrente, mediante a compensação de créditos detidos pelas sócias com a Portofer.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Restrição e condições de operação na concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no edital de privatização e no contrato de concessão ferroviária da Malha Paulista.

O contrato de concessão será extinto com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da concessionária.

Com a extinção da concessão os principais efeitos serão os seguintes:

- (i) Retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Companhia, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações. Tal custo estará sujeito às avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de fevereiro de 2013.

2.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita da Companhia e suas controladas, é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição		Alíquota (%)
PIS	- Programa de Integração Social	1,65
COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	- Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.6 Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 23.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 25.

2.7 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequente

(i) Ativo financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 29.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.9 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.10 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Locomotivas		25 anos
• Vagões		30 anos
• Via permanente	Limitado ao prazo da concessão	17 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros (ver nota explicativa 12). Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14 Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção. Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 4.

2.17 Adiantamentos para futuros aumentos de capital

A Companhia registra os valores referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos de participantes do Plano de Opções de compra de ações descrito na nota explicativa 23, em conta do patrimônio líquido, tendo em vista o controle e a expectativa que a Companhia possui para deliberação da conversão dos adiantamentos em aumento de capital.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 23.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 1.022 (em 2011 R\$ 1.022). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 09.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 29.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

.IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

.IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A companhia avaliou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

.IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

.IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

.IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

A Administração entende que o efeito da aplicação de tais mudanças por se tratarem subsequentemente de aspectos de divulgação, é o aumento da qualidade das demonstrações financeiras.

3. Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. e sua controlada em conjunto Portofer Transporte Ferroviário Ltda, na qual detêm uma participação de 50% em 31 de dezembro de 2012 (50% em 31 de dezembro de 2011).

O controle da Portofer é compartilhado com outro acionista, nesse caso os ativos, passivos e resultados são consolidados de forma proporcional à participação no Capital Social daquela investida, linha por linha, nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia e ajustes são realizados, se necessário, para alinhar práticas contábeis as da Companhia, bem como, para eliminar a participação da Companhia nos saldos e transações intragrupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e Bancos	719	66	749	68
Aplicações financeiras				
CDB's	(i) 32.640	111.724	32.640	111.724
Títulos do Governo	(ii) 13.986	80.280	13.986	80.280
Outros	222	4.715	234	5.051
	<u>46.848</u>	<u>196.719</u>	<u>46.860</u>	<u>197.055</u>
	<u>47.567</u>	<u>196.785</u>	<u>47.609</u>	<u>197.123</u>

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

- (i) As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's são contratadas com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI (taxa média de 102,00% do CDI).
- (ii) Investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic).

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Clientes e operações a receber – consolidado

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Contas a receber de clientes	46.525	39.506
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa	<u>(9.085)</u>	<u>(2.128)</u>
	<u>37.440</u>	<u>37.378</u>

Os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

Em 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Períodos	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido				Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	
31/12/12	30.024	698	4.477	991	1.250	37.440
31/12/11	18.867	4.745	3.171	5.013	5.582	37.378

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, bem como para os créditos vencidos há mais de 181 dias. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

6. Partes Relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Controladora								
ALL Intermodal	-	-	-	75	-	-	-	4.269
ALL Malha Norte	733	-	115.401 (i)	113.855 (i)	603.194	307.708	67.228	61.311
ALL Malha Oeste	3.878	3.812	43	979	1.009	802	10.079	10.259
ALL Malha Sul	10.785	10.601	1.826	10.471	196	253	5.359	1.619
ALL S.A.	-	-	-	-	-	-	43.942	42.474
ALL Serviços	-	-	-	-	-	2	7.051	2.177
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	2.936	-	118	-
Ritmo	-	-	-	-	-	-	9.111	-
Portofer	-	-	-	235	-	-	-	-
	<u>15.396</u>	<u>14.413</u>	<u>117.270</u>	<u>125.615</u>	<u>607.335</u>	<u>308.765</u>	<u>142.888</u>	<u>122.109</u>
Consolidado								
ALL Intermodal	-	-	-	74	-	-	-	4.269
ALL Malha Norte	733	-	122.340	119.576	603.194	802	67.228	61.311
ALL Malha Oeste	3.878	3.812	43	979	1.009	253	10.079	10.259
ALL Malha Sul	10.785	10.649	1.826	10.589	196	-	5.359	1.619
ALL S.A.	-	-	-	-	-	307.708	43.942	42.474
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	7.051	2.177
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	2.936	2	118	-
Ritmo	-	-	-	-	-	-	9.111	-
	<u>15.396</u>	<u>14.461</u>	<u>124.209</u>	<u>131.218</u>	<u>607.335</u>	<u>308.765</u>	<u>142.888</u>	<u>122.109</u>

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Créditos e débitos com empresas ligadas

(i) Refere-se a tráfego mútuo a pagar; direito de passagem e depósitos judiciais feitos pela ALL - Malha Norte em favor da ALL - Malha Paulista para garantia de pagamento do arrendamento. Para esta operação a ALL - Malha Norte celebrou com a ALL - Malha Paulista o instrumento de Contrato de Prestação de Garantia. Pela prestação dessa garantia a ALL - Malha Paulista pagará a ALL Malha Norte o equivalente à diferença positiva entre a taxa de 100% do CDI e a taxa de 100% da TR.

Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de alugueis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do período e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora a saber:

	<u>31/12/12</u>
Garantidora	
ALL S.A. (controladora)	
Debêntures	168.880
BNDDES	<u>88.744</u>
	<u><u>257.624</u></u>

A decisão acerca de todas as operações da Companhia é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Remuneração dos administradores

Em ata de Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2012, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria o valor de até R\$ 30. Estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária que redefina tais valores.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Remunerações	30	30

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Antecipação de arrendamento

	31/12/12		31/12/11	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Arrendamento	2.025	26.701	2.025	28.726

O arrendamento dos bens da RFFSA, pelo prazo de 30 anos, foi contratado pela Companhia em 30 de dezembro de 1998 por R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos à vista, o qual está sendo amortizado linearmente de acordo com o prazo restante do contrato.

8. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/12		31/12/11	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controladora				
ICMS	99.036	60.456	49.142	11.207
PIS	10.391	4.252	4.117	8.324
COFINS	47.878	19.586	19.000	37.629
IRPJ / CSLL / IRRF	14.036	3.430	8.324	3.430
Outros	544	59	-	59
	<u>171.885</u>	<u>87.783</u>	<u>80.583</u>	<u>60.649</u>
Controlada				
ICMS	-	4	-	-
PIS	-	-	25	-
COFINS	-	-	86	-
IRPJ / CSLL / IRRF	31	-	29	-
	<u>31</u>	<u>4</u>	<u>140</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>171.916</u>	<u>87.787</u>	<u>80.723</u>	<u>60.649</u>

9. Impostos sobre o lucro - consolidado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes dos tributos	80.429	51.955	80.429	51.955
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa a alíquota nominal	(27.346)	(17.665)	(27.346)	(17.665)
Ajustes do imposto por:				
Registro de opções outorgadas de ações	(494)	(1.597)	(494)	(1.597)
Amortização do ágio	5.552	4.248	5.552	4.248
Efeito diferenças prejuízo fiscal sem constituição de impostos diferidos	6.112	(8.235)	6.112	(8.235)
Efeito diferenças temporárias sem constituição de impostos diferidos	2.906	(1.529)	2.906	(1.529)
Impostos constituídos (baixados ou não constituídos) no período	84.647	74.961	84.647	74.961
Outras diferenças permanentes	(715)	(547)	(715)	(547)
Receita efetiva	<u>70.662</u>	<u>49.636</u>	<u>70.662</u>	<u>49.636</u>
Provisão para impostos correntes	(13.985)	(33.049)	(13.985)	(33.049)
Impostos diferidos	84.647	82.685	84.647	82.685

Os créditos tributários diferidos dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias estão parcialmente registrados nestas demonstrações e referem-se a:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Prejuízos fiscais	347.469	347.630
Provisão para remuneração variável	1.896	128
Provisão para questões fiscais	2.720	2.274
Provisões trabalhistas	22.110	24.060
Provisão para questões cíveis	1.270	877
Provisão créditos liquidação duvidosa	1.850	723
Operações de Hedge a liquidar	525	(53)
Provisões	11.853	12.991
Ajustes Passivos da RTT	(20.552)	(13.073)
Ajustes Ativos da RTT	541	12.236
Total dos créditos fiscais	369.682	387.793
(-) Créditos não registrados	119.287	222.045
(=) Créditos líquidos registrados	250.395	165.748

Reconciliação do ativo fiscal diferido

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldo de abertura	165.748	116.112
Receita de imposto reconhecida na resultado	84.647	49.636
Saldos	250.395	165.748

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
2012	-	11.693
2013	8.782	6.369
2014	15.232	12.036
2015	14.767	5.564
2016	12.986	9.404
Após 2017	198.628	120.682
	250.395	165.748

Os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pela controladora são:

	<u>31/12/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>IR</u>	<u>CS</u>
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.021.968	1.022.742	1.022.440	1.022.440
Diferenças temporárias	65.331	65.331	156.585	156.585
	1.087.299	1.088.073	1.179.025	1.179.025

A Companhia registra créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições da instrução CVM 349/11. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão contingências

	Depósitos judiciais		Contingências			
			Prováveis		Possíveis e remotas	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ações trabalhistas	75.484	87.246	65.054	74.011	306.990	318.301
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	113.530	113.191	4.345	2.617	170.100	155.253
Ações tributárias	-	1.913	9.410	8.017	179.098	112.774
	189.014	202.350	78.809	84.645	656.188	586.328
	31/12/11	Adições	Baixas	Reversão	31/12/12	
Ações trabalhistas	74.011	51.626	(45.909)	(14.674)	65.054	
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	2.617	1.843	(115)	-	4.345	
Ações tributárias	8.017	1.393	-	-	9.410	
Total	84.645	54.862	(46.024)	(14.674)	78.809	

A Companhia e sua controlada em conjunto estão envolvidas em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “prováveis”.

Com o intuito de garantir o pagamento de processos trabalhistas, decisões judiciais determinaram que os recursos financeiros oriundos de quaisquer tipos de recebimento nas contas correntes da Companhia sejam penhorados judicialmente para pagamento de tais processos, originando os depósitos judiciais trabalhistas. Adicionalmente, quando não há numerários suficientes nas contas correntes da Companhia para a efetivação das penhoras, uma notificação é enviada aos clientes da ALL - Malha Paulista para que os pagamentos das faturas sejam realizados diretamente em uma conta de depósito judicial.

a) Ações trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2012 registra uma provisão de R\$ 65.054 (R\$ 74.011 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram as perdas como prováveis. A redução em relação ao ano anterior deve-se aos acordos firmados pela Companhia durante o exercício.

Dentre os objetos dos pedidos nas ações trabalhistas, incluem-se: equiparações salariais, horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, entre outros.

Dentre as contingências classificadas como possíveis ou remotas, se destacam principalmente as ações judiciais decorrentes de ação popular, questionando os planos de demissão voluntária promovidos pela Companhia, em que se requer o pagamento de diferenças indenizatórias, calculadas entre o valor efetivamente pago pelos PABI's (Programa de Acordo Bilateral) e o valor supostamente devido pela utilização do critério de indenização unilateral, prevista na Cláusula 4.49 do Contrato Coletivo de Trabalho, sob pena de invalidação do processo de desestatização.

b) Ações, regulatórias e ambientais

Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral tais como: abaloamento em passagens de níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, mantém registros para as perdas prováveis no montante de R\$ 4.345 (R\$ 2.617 em 31 de dezembro de 2011).

Regulatórias

Em julho de 2000, a ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Declaratória na 20ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da RFFSA.

A ALL Malha Paulista requereu uma perícia para apuração de novo valor para as parcelas de arrendamento e concessão, bem como suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva perícia, para constatar o valor adequado. Em

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

julho de 2005, a liminar foi deferida. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. O processo ainda não apresenta sentença e aguarda a conclusão da fase pericial e apresentação do respectivo laudo pericial final. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até setembro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária.

Os passivos relacionados aos contratos de concessão estão registrados na conta de arrendamento e concessão como divulgado na nota explicativa 16.

Ambientais

Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP) e IBAMA, em sua grande maioria, em razão de implantação/ampliação de pátios ferroviários sem a respectiva licença ambiental, contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível.

c) Ações tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao PIS/COFINS – Tráfego Mútuo, incidência de IPTU nos bens arrendados (bens de propriedade da União e vinculados à prestação de serviço de transporte ferroviário), incidência de ISS nas operações portuárias e outros.

Nas ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas com perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 9.410 (R\$ 8.017 em 31 de dezembro de 2011).

PIS/COFINS – Tráfego Mútuo – A ALL Malha Paulista foi autuada por não recolhimento de PIS e COFINS em relação às receitas de tráfego mútuo e direito de passagem e ainda permanece discutindo o valor atualizado de R\$ 78.940, no período de 1999 a 2006 (PIS e COFINS cumulativos). A empresa entende que a chance de perda é remota, uma vez que os valores em discussão já foram recolhidos, previamente, pelas concessionárias responsáveis pelo transporte na origem. As decisões proferidas até a presente data já reduziram as autuações em aproximadamente R\$ 43.000.

IPTU - A ALL Malha Paulista possui valor atual de aproximadamente R\$ 2.821 referente à incidência de IPTU nos imóveis de propriedade da União, que, em razão da concessão outorgada encontram-se em poder desta para a consecução dos serviços públicos de transporte ferroviário. Entretanto, há previsão na Constituição Federal que não há incidência de tributos sobre bens de propriedade da União Federal e a Companhia já possui diversas decisões favoráveis. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

ISS – A Portofer possui três autos de infração, no valor atual de aproximadamente R\$ 2.780, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

Contribuições Previdenciárias – A ALL Malha Paulista foi autuada, em junho de 2011, no valor original de R\$ 38.241, referente ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A empresa apresentou impugnação administrativa, sob alegação de que há previsão legal que ampara o não recolhimento das referidas verbas, dada a sua natureza e eventualidade do pagamento. Em julgamento de primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de São Paulo (DRF) manteve integralmente o auto de infração. A empresa ingressou com Recurso Voluntário contra esta decisão sendo que em novembro de 2012 obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o valor do débito para aproximadamente R\$ 700. A empresa impetrou Recurso Especial perante a Câmara Superior de Julgamento para discussão do montante controverso. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

IRRF – A ALL Malha Paulista realizou pedido de compensação referente a crédito de Saldo Negativo de IRPJ do exercício de 2009, período de apuração 01/01/2008 a 31/12/2008. A Receita Federal do Brasil ao julgar as compensações realizadas houve por bem homologar parcialmente o pleito, e glosou parte do crédito tributário por entender que a “receita correspondente não foi oferecida à tributação”, o débito oriundo da glosa possui valor atual de R\$ 50.687. Entendeu a RFB que a Empresa não tem direito à compensação do IRF, sobre os rendimentos decorrentes de operações de Swap. A empresa apresentou manifestação de inconformidade defendendo que as retenções de Imposto de Renda ocorridas sobre qualquer

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

aplicação financeira, inclusive em operações de hedge, podem ser compensadas com o imposto de renda devido por ocasião da apuração do lucro real, de acordo com o artigo 76 da Lei nº 8.981/1995, pleiteando desta forma a integralidade do direito creditório do saldo negativo de IRPJ indicado nas PER/DCOMP's objeto do processo. Atualmente aguarda o julgamento da manifestação de inconformidade. Para a referida ação a probabilidade de perda é considerada possível.

11. Investimento

Quadro da participação em controlada:

	Movimentação								% Participação				
	31/12/2011	Equivalência patrimonial	Aumento de capital - AFAC	Ajustes reflexos	Ganho/perda de investimento	Dividendos	Varição cambial DRE	Varição cambial PL	31/12/2012	Total	Votante		
										31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Portfólio	43.826	-	-	-	-	-	-	-	43.826	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	43.826	-	-	-	-	-	-	-	43.826				

12. Intangível – consolidado

	31/12/12			31/12/11	% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direito de outorga - Contrato Concessão (i)	7.629	(3.432)	4.197	4.459	3,33
Sistemas aplicativos - <i>softwares</i>	5.176	(4.253)	923	1.088	20
	12.805	(7.685)	5.120	5.547	

(i) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões da Companhia, amortizado pelo prazo do contrato dado que esse ativo possui vida útil definida.

Síntese da Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31/12/2011			Movimentação do período		Saldo em 31/12/2012		
	Custo Bruto	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização	Aquisições	Custo Acumulado	Amortização Acumulada	Líquido
Direito de outorga - Contrato Concessão	7.891	(3.432)	4.459	(262)	-	7.891	(3.694)	4.197
Sistemas aplicativos - <i>softwares</i>	5.385	(4.297)	1.088	(209)	44	5.429	(4.506)	923
	13.276	(7.729)	5.547	(471)	44	13.320	(8.200)	5.120

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado – consolidado

	31/12/12			31/12/11		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Benefetorias em bens de terceiros						
Locomotivas	114.433	(44.287)	70.146	65.125		4,00%
Vagões	232.590	(53.661)	178.929	163.034		3,33%
Via permanente	922.823	(177.005)	745.818	605.962		4,29%
Outros	31.391	(13.493)	17.898	15.721		5,34%
	<u>1.301.237</u>	<u>(288.446)</u>	<u>1.012.791</u>	<u>849.842</u>		
Imobilizado próprio em operação						
Locomotivas	48.277	(5.082)	43.195	30.959		4,00%
Vagões	12.054	(2.821)	9.233	5.131		3,33%
Almoxarifado de bens de uso	(438)	-	(438)	15.016		
Edificações	55	(52)	3	4		5,20%
Móveis e utensílios	5.083	(4.168)	915	1.118		10,00%
Veículos rodoviários	1.043	(1.043)	-	12		14,54%
Equipamentos de processamento de dados	9.473	(7.410)	2.063	3.574		19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	19.837	(13.353)	6.484	6.687		9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	6.866	(4.802)	2.064	2.614		9,94%
Outros	25.780	(5.221)	20.559	4.528		10,00%
	<u>128.030</u>	<u>(43.952)</u>	<u>84.078</u>	<u>69.643</u>		
Arrendamento mercantil						
Locomotivas	294.059	(5.544)	288.515	7.697		4,00%
Vagões	330.911	(68.278)	262.633	285.199		3,33%
	<u>624.970</u>	<u>(73.822)</u>	<u>551.148</u>	<u>292.896</u>		
Imobilizações em andamento						
Locomotivas	24.740	-	24.740	27.266		
Vagões	49.480	-	49.480	35.815		
Via permanente	371.101	-	371.101	318.060		
Outros	49.478	-	49.478	8.462		
	<u>494.799</u>	<u>-</u>	<u>494.799</u>	<u>389.603</u>		
	<u>2.549.036</u>	<u>(406.220)</u>	<u>2.142.816</u>	<u>1.601.984</u>		

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	Saldo em 31/12/2011			Movimentação em 2012					Saldo em 31/12/2012		
	Custo Bruto	Depreciação Acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam o caixa	Baixas	Transferências	Depreciação	Custo Acumulado	Depreciação Acumulada	Líquido
Locomotivas	142.206	(46.122)	96.084	-	3.961	-	16.543	(3.247)	162.710	(49.369)	113.341
Vagões	220.050	(51.885)	168.165	-	-	-	24.594	(4.597)	244.644	(56.482)	188.162
Via permanente	747.313	(141.351)	605.962	-	(4.086)	(83)	179.679	(35.654)	922.823	(177.005)	745.818
Arrendamento mercantil	340.529	(47.633)	292.896	-	284.441	-	-	(26.189)	624.970	(73.822)	551.148
Imobilizações em andamento	389.603	-	389.603	206.467	149.882	(8.611)	(242.542)	-	494.799	-	494.799
Outros	92.313	(43.039)	49.274	5.421	2	(20.372)	21.726	(6.503)	99.090	(49.542)	49.548
TOTAL	1.932.014	(330.030)	1.601.984	211.888	434.200	(29.066)	-	(76.190)	2.549.036	(406.220)	2.142.816

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento R\$ 43.205 (R\$ 28.546 em 31 de dezembro de 2011), referente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações, as quais não afetam o caixa. O custo financeiro médio da capitalização de juros sobre o imobilizado elegível foi de 154,8% do CDI a.a.

Arrendamentos mercantis e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil e ativos em construção em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.119.769 (em 2011 R\$ 682.499). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 284.441 de ativos em construção, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos, as quais não afetam o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 19, os arrendamentos mercantis estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos – consolidado

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4% a.a.	6,90%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	330.881	250.953
	TJLP + 1,5%	7,00%	Trimestrais/mensais até outubro de 2022	4.191	4.620
	TJLP + 2,5%	8,50%	Trimestrais/mensais até outubro de 2017	78.539	94.809
				413.611	350.382
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)					
Operações de <i>swap</i>				-	74
Total consolidado				413.611	350.456
Parcela no circulante				47.847	38.064
Parcela no passivo não circulante				365.764	312.392

Composição por ano de vencimento da parcela passivo não circulante:

Composição da dívida de longo prazo

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
2013	-	41.196
2014	56.665	45.540
2015	56.665	45.540
2016	56.665	45.540
A partir de 2017	195.769	134.576
Total	365.764	312.392

Abreviaturas:

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI – Certificados de Depósito Interbancário

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram entregues notas promissórias e cartas-fianças nos mesmos montantes e condições do total financiado.

Os empréstimos com o BNDES acima demonstrados, destinados a investimentos, estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros de liquidez relacionados com a dívida líquida e resultados financeiros, os quais são mensurados e avaliados de forma consolidada na ALL – América Latina Logística S.A. A Companhia está adimplente com estes índices em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia vem cumprindo com os indicadores financeiros. No entanto, caso a Companhia venha descumprir estas cláusulas, o pagamento dos referidos empréstimos será exigido imediatamente.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados e estão sendo atendidos.

A *covenant* Dívida Líquida sobre o EBITDA ajustado (em português o LAJIDA) é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
-----------	------	------	------	------	------

Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50
--	------	------	------	------	------

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior “ALL Argentina”. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às *covenants*.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12
Dívida líquida / EBITDA ajustado	2,24	2,48	2,58	2,40	2,34
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	3,13	3,02	2,99	3,01	3,07

O EBITDA ajustado se apresenta devidamente demonstrado no relatório de administração e reconciliado no documento “Conciliação LAJIDA consolidado” localizado na sessão “Dados econômicos Financeiros” da ALL no site da CVM (www.cvm.gov.br), conforme determinação da Instrução CVM no. 527 de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação do EBITDA.

15. Debêntures

A Companhia possui debêntures não conversíveis em ações, a pagar para sua controladora, na seguinte composição:

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/12		31/12/11	
						Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora									
1ª emissão	10/09/2008	166.666	31/07/2018	108% do CDI	9,63%	6.309	164.086	7.914	163.523
						<u>6.309</u>	<u>164.086</u>	<u>7.914</u>	<u>163.523</u>

Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 14 “Empréstimos e financiamentos” e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado.

16. Arrendamentos e concessões – controladora

A Companhia registra suas obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento, linearmente de acordo com os prazos dos mesmos. Os valores no longo prazo referem-se a valores não pagos em decorrência de discussões quanto às condições dos contratos e/ou parcelas apropriadas durante o período de carência dos mesmos.

O saldo a pagar de concessões equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço.

As parcelas incorridas dos contratos de concessão e arrendamento e as parcelas relativas ao período de carência, são atualizados monetariamente pela variação do IGP-DI publicado pela FGV.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Passivo não circulante	
	31/12/12	31/12/11
Arrendamento	766.778	642.152
Concessão	21.910	52.007
	788.688	694.159

As condições dos contratos de arrendamento e concessão são:

	Contratos de arrendamento e concessão						
	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago á vista	Saldo	Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
Arrendamentos							
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
Concessões							
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.

Cisão parcial para ALL

Em decorrência da cisão parcial realizada em 31 de maio de 2001, 10% dos valores totais de concessão e arrendamento incorridos passaram a ser de responsabilidade da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.

Cisão parcial para FCA

Em 29 de agosto de 2005, foi realizada a cisão parcial entre ALL - Malha Paulista e Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), sendo que a mesma passou a se responsabilizar por 35,6% dos valores totais de concessão e arrendamento.

Pagamento dos contratos de concessão e arrendamento

A Companhia suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento à RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente, por decisão liminar concedida em 7 de abril de 2005 e posteriormente prorrogada em 8 de julho de 2005. Em 28 de setembro de 2005, estas liminares foram suspensas por decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro, tornando-se imperioso, a partir de então, que a ALL - Malha Paulista efetuasse depósito judicial (vide nota explicativa 10) dos valores de arrendamento em aberto, como forma de garantir o Juízo e assegurar a continuidade da discussão judicial, bem como a regularidade e adimplência da sua concessão perante a ANTT e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Considerando que a empresa ligada ALL - Malha Norte depende das linhas da ALL - Malha Paulista, para a continuidade de suas operações de transporte, iniciadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e finalizadas em Santos (SP), a ALL - Malha Norte celebrou com a ALL - Malha Paulista, em 10 de janeiro de 2007, um Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia, pelo qual efetuou depósitos judiciais em favor da ALL - Malha Paulista, no montante de R\$ 113.934 até 31 de dezembro de 2012 (R\$ 113.191 até 31 de dezembro de 2011).

17. Adiantamentos de clientes

Os valores de R\$ 9.923 (R\$ 36.020 em 31 de dezembro de 2011), correspondem às antecipações de valores recebidos de clientes e garantidos por contratos de futuros transportes de soja, derivados de petróleo ou minério, além de outras garantias subsidiárias. As taxas de remuneração correspondem à variação da tarifa da prestação de serviço de transporte ferroviário de carga.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Parcelamentos fiscais e previdenciários – consolidado

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09	5.054	5.124	5.282	9.540
ISS	132	98	122	253
	<u>5.186</u>	<u>5.222</u>	<u>5.404</u>	<u>9.793</u>

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei N° 11.941/09, no 4º trimestre de 2009. Na ocasião a Companhia apresentou pedido de desistência do Parcelamento Especial – PAES e do Parcelamento Excepcional – PAEX e solicitou pedido de parcelamento do saldo remanescente, inclusive dos valores não revisados, com redução de juros e multa. O pedido foi homologado em junho de 2011.

O pagamento das parcelas vem sendo realizado de forma regular.

19. Arrendamento mercantil

19.1 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia tem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Para atender aos novos requerimentos de registro de transações com essas características, a Companhia e sua controlada incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os encargos financeiros incorridos no exercício foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento mercantis são:

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Bens				
Locomotivas	14.666	602.482	18.624	289.189
Incentivo de aluguel	31.572	-	76.517	-
	<u>46.238</u>	<u>602.482</u>	<u>95.141</u>	<u>289.189</u>

	Total dos futuros pagamentos		
	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5
Bens			
Locomotivas e vagões	152.963	579.418	31.590

19.2 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia é contraparte em operação de arrendamento mercantil operacional, com os seguintes montantes de pagamento mínimo:

		Total dos pagamentos mínimos futuros		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	517	129	-

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de abril/2013.

20. Aluguel a pagar

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Aluguel	14.029	68.113	13.988	80.041

Referem-se ao aluguel acumulado no período de carência do direito de superfície e da locação, pela ALL - Malha Paulista, do Terminal Ferroviário construído e anteriormente operado pela ALL - Malha Norte na cidade de Alto Araguaia - MT. O prazo para a exploração do Terminal Ferroviário pela ALL - Malha Paulista é de 10 anos a partir de novembro de 2008, sendo que neste período a ALL - Malha Paulista ampliará a disponibilização de serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo a seus clientes na região do estado do Mato Grosso. A locação justifica-se na medida em que há a expansão das atividades da ALL - Malha Paulista sem a necessidade da aquisição de terreno, edificações e benfeitorias. Os créditos imobiliários (direito de superfície e locação) da ALL - Malha Norte foram cedidos a uma companhia securitizadora, a CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização, que serviram com lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI), que por sua vez foram totalmente subscritos e integralizados pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros.

21. Receita diferida

É representado pela receita recebida e que está sendo apropriada ao resultado de acordo com o prazo de vigência do contrato de concessão (30 anos). O saldo a incorrer em 31 de dezembro de 2012 é decorrente de contratos firmados com empresas de comunicação, cujo objeto é a cessão da faixa de domínio da via permanente para passagem de cabos de fibra ótica pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas (até 2028), que a Companhia mantém com o Ministério dos Transportes. Não há nenhum custo para a Companhia nessa operação, exceto o repasse de 10% da receita destinada ao Poder Concedente e tributos, conforme disposto na cláusula 1ª, parágrafo 5º, do Contrato de Concessão. O contrato não prevê devoluções em caso de desistência das empresas de comunicação.

	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Receita diferida	858	12.497	858	13.354

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia está assim constituído:

	31/12/12	31/12/11
Ordinárias	1.616.472	1.616.472
Preferenciais	2.989.051	2.989.051
	<u>4.605.523</u>	<u>4.605.523</u>

Em reunião realizada em 30 de junho de 2011, os membros do Conselho de Administração da Companhia autorizaram e homologaram o aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 100.000, mediante a emissão de 914.196.441 novas ações ordinárias e 1.690.458.271 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,0383928 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim, capital social da Companhia

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

passou de R\$ 1.388.238 para R\$ 1.488.238, composto por 4.605.522.677 ações, sendo 1.616.472.395 ações preferenciais e 2.989.050.282 ações ordinárias.

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

23. Remuneração baseada em ações

Executivos e pessoas chave da administração da Companhia são beneficiários de plano de remuneração, através do qual recebem opções de ações de emissão da ALL – América Latina Logística S.A. (Holding e última controladora do grupo).

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 1.452 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.697 em 31 de dezembro de 2011).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações (“Comitê”), representado por todos os membros do Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

Aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com o advento do CPC 10, que objetiva registrar o valor justo dos instrumentos concedidos como custo do serviço prestado pelos beneficiários dos programas, o grupo alocou os custos nas Companhias onde os beneficiários prestam seus serviços.

24. Resultado financeiro líquido - consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(90.291)	(80.000)	(90.329)	(80.077)
Multas/juros fiscais/fornecedores/vagões	(49.073)	(9.787)	(49.227)	(9.992)
Juros sobre arrendamento e concessão	(96.105)	(95.283)	(96.105)	(95.296)
Clientes/AVP/outros	(16.452)	(17.389)	(16.459)	(17.399)
Total das despesas financeiras	(251.921)	(202.459)	(252.120)	(202.764)
Receita sobre aplicação financeira	7.922	12.490	7.930	12.513
AVP/outros	1.047	581	1.048	588
Total das receitas financeiras	8.969	13.071	8.978	13.101
Resultado financeiro líquido	(242.952)	(189.388)	(243.142)	(189.663)

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	151.091	101.591	151.091	101.591
Por ação ordinária	53.031	35.657	53.031	35.657
Por ação preferencial	98.060	65.934	98.060	65.934
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.616.472	1.391.054	1.616.472	1.391.054
Média ponderada de número de ações preferenciais	<u>2.989.051</u>	<u>2.572.225</u>	<u>2.989.051</u>	<u>2.572.225</u>
	<u>4.605.523</u>	<u>3.963.279</u>	<u>4.605.523</u>	<u>3.963.279</u>
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,0328	0,0256	0,0328	0,0256
Por ação preferencial	0,0328	0,0256	0,0328	0,0256
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	151.091	101.591	151.091	101.591
Por ação ordinária	53.031	35.657	53.031	35.657
Por ação preferencial	98.060	65.934	98.060	65.934
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.616.472	1.391.054	1.616.472	1.391.054
Média ponderada de número de ações preferenciais	<u>2.989.051</u>	<u>2.572.225</u>	<u>2.989.051</u>	<u>2.572.225</u>
	<u>4.605.523</u>	<u>3.963.279</u>	<u>4.605.523</u>	<u>3.963.279</u>
Resultado diluído:				
Por ação ordinária	0,0328	0,0256	0,0328	0,0256
Por ação preferencial	0,0328	0,0256	0,0328	0,0256

26. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício de 2012, são consolidadas, e analisados em bases consolidadas do grupo ALL, apenas demonstradas na controladora ALL – América Latina Logística S.A, não havendo análises para fins de tomadas de decisões de forma individualizada para a Malha Paulista.

27. Outras receitas / despesas

27.1. Outras receitas e despesas operacionais

Outras Receitas Operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Venda de inservíveis	6.103	4.472	6.110	4.475
Venda de imobilizado	5.665	14.097	5.665	14.131
Outras	19	2	19	-
Total	11.787	18.571	11.794	18.606

Outras Despesas Operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Custo do imobilizado baixado	16.785	23.949	16.787	23.949
Taxas diversas	1.517	281	1.532	283
Outras	35	121	36	121
Total	18.337	24.351	18.355	24.353
Total outras receitas operacionais	(6.550)	(5.780)	(6.561)	(5.747)

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2. Depreciação, amortização e combustíveis apresentados no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Combustível	186.477	190.863	187.059	191.833
Serviços terceiros	33.967	42.046	34.381	42.495
Arrendamento e concessão	1.320	2.823	1.320	2.823
Depreciação e amortização	72.559	61.393	75.357	63.925
Locação de imóveis e equipamentos	140.295	154.006	140.336	154.025

27.3. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta	1.032.726	927.678	1.032.726	927.678
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(129.158)	(120.371)	(129.158)	(120.371)
Receita líquida	903.568	807.307	903.568	807.307

28. Seguros

A Companhia efetua as contratações de seguros de forma centralizada e consolidada, abrangendo todas as empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$ 60.000	15/09/2012 a 15/09/2013
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$ 10.000	30/04/2012 a 30/04/2013
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$ 2.200	30/06/2012 a 30/06/2013

29. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e sua controlada possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	37.440	37.378	37.440	37.378
Créditos com congêneres	850	1.639	850	1.639
Adiantamentos e outras contas a receber	7.216	21.712	7.216	21.712
Créditos a receber de empresas relacionadas	15.396	14.461	15.396	14.461
Depósitos restituíveis e valores vinculados	189.014	202.350	189.014	202.350
Caixa e equivalentes de caixa	47.609	197.123	47.609	197.123
Total	297.525	474.663	297.525	474.663

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos financeiros

Debêntures	170.395	171.437	170.395	171.437
Débito com congêneres	2.786	2.308	2.786	2.308
Adiantamento de clientes	9.923	36.020	9.923	36.020
Arrendamento mercantil financeiro	648.720	384.330	648.720	384.330
Empréstimos e financiamentos	413.611	350.456	413.611	350.456
Aluguéis a pagar	82.142	94.029	82.142	94.029
Contas a pagar com partes relacionadas	124.209	131.218	124.209	131.218
Contas a pagar a fornecedores	209.973	166.087	209.973	166.087
Total	1.661.759	1.335.885	1.661.759	1.335.885

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos, e
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de sua controlada, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e sua controlada têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do patrimônio líquido e da classificação de risco de cada instituição.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de Apreciação da Taxa de Juros

Operação	Risco	Valor Nocional	Valor Justo em 31/12/2012	Cenário Provável	Aumento em +25%	Aumento em +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Debênture 1ª Emissão	CDI	166.667	1.561	13.466	16.832	20.199
Swap Ponta Ativa - Contraparte Bradesco	Pré	(166.667)	(1.561)	(13.466)	(16.832)	(20.199)
Debênture 3ª Emissão	CDI	-	28.836	-	-	-
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	Pré	-	(28.836)	-	-	-
Impostos Parcelados	CDI	-	(10.178)	(738)	(922)	(1.107)
Referências						
CDI Médio (a.a.)				7,25%	9,06%	10,88%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

b) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap "Dólar-Real" no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2012, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor nocional (USD mil)	Valor justo em 31/12/2012	Cenário provável	Aumento em +25%	Aumento em +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores longo prazo	USD	-	(4.365)	-	-	-
Swaps ponta ativa por contraparte:						
Contraparte HSBC	USD	-	150	-	-	-
Contraparte CitiBank	USD	-	4.214	-	-	-
Efeito Líquido sobre fornecedores / importações		-	-	-	-	-
Referências						
Dólar USD/RS				2,10	2,63	3,15

c) Risco de deterioração de encargos financeiros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos passivos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida (dívida total indexada ao CDI – aplicações financeiras indexadas em CDI). A exposição líquida da empresa à taxa de juros é bastante reduzida, não justificando a contratação de derivativos para mitigá-la. A empresa monitora continuamente esta exposição para avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos derivativos, a fim de mitigar o risco de variação de taxa de juros.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2012, segundo projeções bancárias:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADAS

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento

Operação	Risco	Cenário Provável	Aumento em +25%	Aumento em +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	3.449	4.311	5.173
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
FINANCIAMENTOS Indexados à TJLP	TJLP	278.278	33.108	38.388
FINANCIAMENTOS Pré / Pós Fixados via swap	PRÉ/PÓS	1.193	(2.173)	(5.540)
DEBÊNTURES Indexadas ao CDI	CDI	13.466	16.832	20.199

Referências

CDI Médio (a.a.)	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/12 (R\$ mil)	Cenário Provável	Aumento em +25%	Aumento em +50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto Prazo	CDI	(4.896)	(355)	(444)	(532)
Longo Prazo	CDI	(5.282)	(383)	(479)	(574)
Total		(10.178)	(738)	(923)	(1.106)

Referências

CDI Médio (a.a.)	7,25%	9,06%	10,88%
------------------	-------	-------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

d) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento

Descrição	Valor de referência Ncional		Valor justo		Efeito acumulado (período atual)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos de "Swaps"						
Posição líquida						
Risco de moeda estrangeira						
Vencimentos USD x %CDI:	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
1º Trim 2012	-	10.504	-	(75)	-	-
4º Trim 2012	22.318	-	4.365	-	4.365	-
TOTAL			4.365	(75)	4.365	-

As operações de SWAP do quadro de USD x % CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado. O efeito do valor justo é contabilizado na conta de Empréstimos e Financiamentos, no Passivo Circulante. Todos os derivativos utilizados têm o objetivo de hedge (proteção patrimonial). Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2012, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. E SUA CONTROLADA
Notas Explicativas
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

f) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes conforme descrito a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	36.190	31.796
Grupo 2	<u>1.251</u>	<u>5.582</u>
	<u>37.441</u>	<u>37.378</u>

30. Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico financeiras.

As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., essas práticas diferem das IFRS,

aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras mencionadas no primeiro e segundo parágrafos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2012, sem ressalvas.

São Paulo, 19 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SP

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7 "S"SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O parecer do Conselho Fiscal relativo às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, está reportado na sua controladora ALL - América Latina Logística S.A.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores infra-assinados da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A, declaram:

A deliberação e aprovação das demonstrações financeiras referente ao ao exercício 2012, os quais serão objeto de:

- (i) exames pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers International Limited;
- (ii) deliberação pelo Conselho de Administração; e
- (iii) parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2012.

Pedro Roberto Oliveira Almeida	Diretor Presidente
Eduardo Machado de Carvalho Pelleissone	Diretor Superintendente
Rodrigo Barros de Moura Campos	Diretor de Relações com Investidores
Alexandre de Moraes Zanelatto	Diretor de Operação
Sérgio Luiz Nahuz	Diretor Comercial
Marcos Rodrigues da Costa	Diretor Financeiro
Melissa Alves Werneck	Diretora de Gente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores infra-assinados da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A, declaram:

- (i) revisaram este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2012, da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A e baseado nas discussões subseqüentes concordam que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.
- (ii) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Curitiba, 19 de março de 2013.

Pedro Roberto Oliveira Almeida	Diretor Presidente
Eduardo Machado de Carvalho Pelleissone	Diretor Superintendente
Rodrigo Barros de Moura Campos	Diretor de Relações com Investidores
Alexandre de Moraes Zanelatto	Diretor de Operação
Sérgio Luiz Nahuz	Diretor Comercial
Marcos Rodrigues da Costa	Diretor Financeiro
Melissa Alves Werneck	Diretora de Gente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração no Relatório da Administração.